

# A trajetória sindical dos trabalhadores da educação em Alagoas (1985-2010)

Education workers' labor movement in Alagoas (1985-2010)

Jailton de Souza Lira<sup>1</sup>

Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Maceió-AL, Brasil

## Resumo

Este artigo objetivou analisar a trajetória do movimento sindical em educação durante o período de ascensão do neoliberalismo em Alagoas (Brasil) entre os anos de 1985 a 2010. Este período histórico foi reconstituído por meio de documentos oficiais, atas, fotografias, anais de congressos, boletins, panfletos, notas, jornais e entrevistas semiestruturadas. Temas como neoliberalismo, movimento sindical, Plano de Cargos e Carreiras, gestão democrática, dentre outros são discutidos no artigo. É um trabalho de natureza qualitativa, que transita entre a necessidade da preservação da memória e a avaliação das condições de trabalho dos profissionais da educação, avaliando também as repercussões sobre a qualidade do sistema educacional a partir do contexto investigado. Metodologicamente recorreu-se à análise de conteúdo para interpretação dos dados da pesquisa. Em termos teóricos, nos fundamentamos principalmente nas análises desenvolvidas por Antunes (1982; 1986; 1995), Boito Jr. (2005; 2009), Bruno (1990), Giannotti (2007), Vieira (2009), além de Carvalho (2008) e Mészáros (2002). Nas considerações finais, com base na análise dos dados da pesquisa, indicamos a influência do modelo neoliberal e da conjuntura política e econômica sobre os rumos do movimento sindical especificamente no ramo educacional.

**Palavras-chave:** Movimento sindical, Educação, Neoliberalismo.

## Abstract

This article aims to analyze the history of labor movement in education during the period of neoliberalism rise in Alagoas (Brazil), between the years 1985 and 2010. This historical period was traced by means of official documents, minutes, photographs, scientific conference proceedings, newsletters, flyers, notes, newspapers and semi-structured interviews. Topics such as neoliberalism, trade union movement, career plans, and democratic management, are discussed in the article. It is a work of qualitative nature, which moves between the need to preserve the memory and the assessment of the education professionals' working conditions, also evaluating effects on quality of the educational system from the context investigated. Methodologically it was resorted to the content analysis to interpretation of research data. Theoretically we have considered the analysis undertaken mainly by Antunes (1982; 1986; 1995), Boito (2005; 2009), Bruno (1990), Giannotti (2007), Vieira (2009), Carvalho (2008) and Meszaros (2002). The final considerations, based on the analysis of the survey data, indicate the influence of the neoliberal model and political and economic conditions on the direction of union movement, specifically on educational branch.

**Keywords:** Trade union movement, Education, Neoliberalism.

---

1 Licenciado em História. Mestre em Educação Brasileira. Doutorando em Educação (UFPB). Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Presidente do Conselho Municipal de Educação de Maceió. E-mail: jailton\_souzal@hotmail.com

## Introdução

Este trabalho buscou retratar parte da trajetória do movimento sindical em educação em Alagoas durante a conjuntura da redemocratização brasileira e de ascensão das políticas neoliberais, analisando as principais consequências desse projeto ideológico para os trabalhadores do setor público estadual. A institucionalização da ação sindical para os servidores públicos a partir da Constituição Federal de 1988 coincidiu com a linha ideológica adotada pelos grupos dominantes orientados no sentido da diminuição do Estado, mediante as ações administrativas de flexibilização das leis trabalhistas e desmonte da rede de proteção social, existente até então (DUTRA, 2009; MACHADO, 2002; TORRES, 2003). Para a análise desse quadro, foi selecionado o período de 1985 a 2010.

No âmbito legal, o direito à organização e liberdade sindical para os servidores públicos foi o passo decisivo para a consolidação do movimento sindical, um fato inédito no país, levando em consideração que a organização formal dos trabalhadores por meio de sindicatos era restrita aos profissionais da iniciativa privada. Isso não significa, no entanto, que o fato de as associações de servidores públicos não poderem ser oficialmente tratadas como sindicatos, tivesse deixado de recorrer às estratégias de ação semelhantes às das entidades sindicais (FERREIRA, 2006). Esta conquista legal foi obtida na Constituição Federal de 1988, fruto das pressões e mobilização destes, conforme disposto na Carta Magna em seu artigo 8º- “É livre a associação profissional ou sindical [...]”, definindo, a partir daquele momento, uma dinâmica de encaminhamento das demandas, principalmente no âmbito legal, distinto do período militar.

Em termos gerais, o objetivo central da pesquisa foi analisar de que maneira os trabalhadores da rede estadual de ensino da educação básica de Alagoas consolidaram sua organização sindical em meio à conjuntura política e econômica entre 1985 a 2010 marcados pela ascensão do neoliberalismo e pela falência da máquina pública alagoana. Para cumprir este objetivo, algumas hipóteses iniciais foram formuladas.

A primeira hipótese foi a de que organização sindical do segmento educacional apresentou grande capacidade de mobilização no final da década de 1980 e na primeira parte da década de 1990 com um arrefecimento no período seguinte, quando as condições econômicas nacionais e locais foram condicionantes para orientar as ações de intervenção política e social da classe.

Outra hipótese formulada partiu do princípio de que os trabalhadores, pressionados pelas circunstâncias de avanço do neoliberalismo, tiveram que reorientar sua prática sindical no que se refere aos tipos de mobilização e inserção nos espaços participativos institucionais, adotando uma postura mais propositiva em detrimento das ações caracterizadas principalmente pela confrontação direta com os poderes legais constituídos.

A partir destas hipóteses e do objetivo geral estabelecido, os objetivos específicos da pesquisa foram desdobrados na verificação sobre em que medida a crise econômica e o modelo de Estado implantado no período repercutiu no cotidiano dos trabalhadores em educação em Alagoas e suas formas de reação. Pretendeu-se também analisar como se deu a articulação dos interesses trabalhistas e profissionais do segmento magistério e dos funcionários de escola (docentes e não-docentes). A

análise crítica sobre a memória documental do ponto de vista da classe dos trabalhadores em educação durante a crise e falência do Estado (LIRA, 1997; CARVALHO, 2008) foi de relevância fundamental.

Este trabalho adotou como opção teórico-metodológica a pesquisa qualitativa (SANTOS FILHO, 2009) valendo-se da análise do conteúdo (BARDIN, 2008) como ferramenta do processo de investigação na busca pela compreensão da visão, dos conflitos e das motivações dos agentes educacionais envolvidos no processo de organização da militância sindical no período proposto.

Obedecendo a este procedimento metodológico, foram realizadas um total de 12 (doze) entrevistas semiestruturadas com os profissionais atuantes da rede pública estadual de ensino que, de alguma forma, participaram direta ou indiretamente das mobilizações e articulações no recorte temporal selecionado, com o objetivo de confirmar/refutar as hipóteses levantadas ao longo da pesquisa.

Foram escolhidos um total de 4 (quatro) representantes do segmento magistério e 2 (dois) representantes do segmento dos funcionários administrativos e de apoio das escolas da rede estadual, considerados lideranças ou formuladores ideológicos pelas respectivas direções do sindicato ao longo do período analisado.

Também foram selecionados 4 (quatro) representantes da chamada oposição sindical pertencentes ao segmento magistério e 2 (dois) representantes dos funcionários administrativos e de apoio das escolas da rede estadual, como forma de contraposição política e ideológica à visão apresentada pelos entrevistados da situação. Neste caso, para fins analíticos também foram entrevistados os profissionais que mesmo não se reconhecendo como oposição organizada e sistemática ao grupo diretivo do sindicato, compartilham de uma visão crítica divergente dos encaminhamentos tomados pelas direções sindicais ou que participaram de fato de algum grupo organizado ou sistemático de oposição durante a fase pesquisada.

## **O movimento sindical brasileiro e o período neoliberal: algumas notas**

Desde o surgimento do modo de produção capitalista, os trabalhadores têm procurado resistir à intensa exploração da sua força de trabalho, de forma isolada ou valendo-se de numerosas maneiras de organização coletiva, uma vez que as necessidades humanas passaram a ser subordinadas aos interesses diretos da acumulação de capital, expressada claramente na exploração do trabalho (MARX, 1982). Para a sua expansão, mesmo encontrando grande resistência da classe trabalhadora, o capital sempre busca encontrar outras formas de utilização extrema da força de trabalho, além daquela relacionada ao prolongamento da jornada de trabalho sob a forma de mais valia absoluta.

Algumas discussões sobre o papel dos sindicatos têm ocorrido de modo bastante acirrado em todos os anos em que esta forma de organização operária tem sido historicamente registrada. De modo geral, existe concordância com o fato de que, com a complexidade das relações sociais e do modo de produção capitalistas, estas entidades acabaram cada vez mais exercendo suas ações de acordo com as regras institucionais em vigor em cada país, normalmente em torno de reivindicações corporativistas, não indo além das regras institucionalizadas pelo sistema (MÉSZÁROS, 2002).

Atualmente, o sindicato passou a ser “a grande instituição de enquadramento dos trabalhadores na dinâmica do capitalismo”, considerado este papel “uma função estrutural” (ANTUNES, 1982, p. 69). Os sindicatos são, portanto, instituições reconhecidas socialmente que atuam principalmente como “fator de regulação e fiscalização dos salários, da jornada de trabalho e da legislação social” (ANTUNES, 1986, p.14), possibilitando aos trabalhadores condições de resistência contra os excessos do sistema, ainda que operem pautados por sua dinâmica e funcionalidade interna.

Em certo sentido, os trabalhadores, aceitando a lógica da separação entre a luta econômica e a luta política, acabaram reféns da imposição do sistema e das armadilhas criadas pela construção do arcabouço ideológico, jurídico e repressivo que limita as possibilidades da ação sindical, caindo na ilegalidade e até mesmo na “ilegitimidade” de qualquer enfrentamento fora destas normas estabelecidas (MÉSZÁROS, 2002). Para legitimar-se enquanto representantes das classes trabalhadoras, as entidades sindicais precisam ser reconhecidas, portanto legitimadas pelas instituições governamentais nos diversos países em que foram surgindo e se consolidando como agentes intermediários entre capital e trabalho.

Na concepção de Lênin (1989), os sindicatos, assumindo papéis importantes como organizadores dos trabalhadores, antes dispersos, também apresentaram limites evidentes, porque sua existência estava condicionada pelas relações determinadas no sistema capitalista. E enxergava nestas entidades a tendência a certo espírito de rotina, críticas evidentes ao modelo sindical que só tinha sentido operando dentro das regras do próprio sistema, vez que sua atuação não estava voltada para além do sistema capitalista.

Na América Latina, a tendência da atuação sindical está condicionada às regras institucionais vigentes. Este fato tem sido amplamente verificado em um contexto ideológico de movimentação das suas lideranças influenciado pelo fenômeno do populismo, uma das formas de incorporação e manipulação das massas urbanas às sociedades em processo de industrialização, características principalmente nos países da América Latina. Este modelo social, “baseado no princípio da incorporação para promover um determinado equilíbrio de forças que força a inclusão dos novos setores emergentes” denominado também de “Estado de Compromisso” (TI-RAMONTI, 2001, p.9).

No Brasil, este tipo de ação e ideologia política surgiu nos primeiros anos da urbanização e bastante forte nas décadas de 40, 50 e 60 do século passado, mas as experiências de coexistência institucional e política entre o Estado e as entidades sindicais foram bruscamente interrompidas com o golpe militar em 1964. Por isso, após um extenso período de repressão, o movimento sindical brasileiro só voltou a demonstrar nova capacidade de mobilização e de enfrentamento às forças autoritárias durante as greves por recomposição salarial lideradas pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo no final dos anos de 1970.

Naquela fase de redemocratização do país, as primeiras grandes mobilizações sindicais aconteceram a partir das greves de São Bernardo do Campo no setor automotivo contra o arrocho salarial e a inflação, servindo de estímulo para paralisações de outros segmentos em todo o Brasil. Com o esgotamento do modelo econômico, o próprio regime militar perdeu a razão da sua existência. Como reflexo e consequência destes acontecimentos, em 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), aumentando a pressão dos trabalhadores sobre os patrões.

Com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, o direito de sindicalização é estendido aos trabalhadores do setor público (ANTUNES, 1995). Segundo Giannotti (2007, p. 222) havia, naquele momento, “uma rica elaboração teórica sobre a estrutura sindical, e a proposta de várias oposições sindicais era que os sindicatos deveriam ser independentes e autônomos do Estado.”

Em todo o País, as diversas categorias profissionais passaram a se organizar em torno de diversos sindicatos por ramo de atividade e os trabalhadores da educação também participaram deste momento da vida nacional. Congregados em associações por segmento profissional, a criação dos sindicatos obedeceu a um movimento nacional de unificação e fortalecimento por ramo de atividade. A Confederação dos Professores do Brasil (CPB), uma das organizações nacionais anteriores ao direito da organização dos servidores públicos definidos na Constituição, em 1990, deu origem à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), em um processo de unificação dos profissionais docentes e não docentes.

Já durante a etapa de implantação do modelo neoliberal no País a partir do governo federal de Fernando Collor (1990-1992), com a abertura do mercado interno às importações e o enxugamento administrativo do Estado com as demissões de servidores públicos, extinção de órgãos e o programa de privatização estatal, o principal desafio enfrentado pelos trabalhadores, além da permanência das altas taxas de inflação, passou a ser o desemprego (ALVES, 2004). Com a inflação, continuaram as reivindicações em torno da recuperação do poder aquisitivo dos salários, e a partir do aumento do desemprego.

Através da estabilização monetária e das políticas de modernização, o governo Fernando Henrique (1995-2003) deu prosseguimento ao projeto neoliberal, e foi nesta fase que o movimento sindical mais sofreu as consequências da nova ordenação institucional e política em curso. A desregulamentação trabalhista somada ao recurso judicial e repressivo estatal passou a ser utilizado diretamente pela União e pelos Estados no sentido de coibir as greves e manifestações. A estrutura sindical, oriunda em grande parte da Era Vargas (1930-1945; 1951-1954), passou a ser desmontada e as organizações sindicais tratadas meramente como corporações defensoras de privilégios, permanentemente desqualificadas e criminalizadas pelos governos e pela grande mídia.

Tem existido nos últimos anos um significativo crescimento da produção acadêmica relativa ao movimento sindical educacional (CRUZ, 2008; FERREIRA, 2006; PITON, 2004; MIRANDA, 2005; BRAGA, 2006; NASCIMENTO 2007; RÊSES, 2008; VIEIRA, 2009; LANZA, 2010). Em sua maioria, os textos enfatizam as ações sindicais e as consequências do avanço neoliberal sobre as áreas sociais, notadamente a educação pública, com exceção de Braga (2006) que analisa as atividades sindicais em Minas Gerais entre os anos de 1934 a 1970 e Rêses (2008) que se detém nas causas do sindicalismo docente tardio no Estado do Rio de Janeiro, começando seus estudos a partir do fim do período monárquico brasileiro.

Em Alagoas, a produção acadêmica sobre o movimento sindical é limitada, podendo ser citados os trabalhos de Almeida (1999), Santos (2008) e Rocha (2007). Nenhum destes trabalhos, contudo, referiu-se especificamente ao movimento sindical educacional. Enquanto o primeiro tratou da movimentação sindical e social de maneira geral, os dois últimos abordaram o movimento sindical do ramo dos trabalhadores dos correios e da polícia civil, respectivamente.

## A trajetória sindical na educação alagoana

No campo sindical, a luta pela sindicalização do servidor público e pela autonomia sindical ganhou força entre a base dos filiados da Associação dos Professores de Alagoas (APAL), simbolizada pela mobilização em favor da equiparação salarial do magistério, culminando na criação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (Sinteal), uma entidade sindical unificada do conjunto dos profissionais da educação em 1988.

Historicamente, esta organização sindical coincidiu com o governo estadual de Fernando Collor de Mello (1987-1989), em que as questões ligadas à redução do Estado, assim como as acusações dos privilégios dos servidores públicos começaram a ser rotina nos discursos governamentais em Alagoas. Visando concorrer à eleição presidencial de 1989, Collor desencadeou uma série de ações no sentido de desmoralização do serviço público, propondo ações judiciais contra os marajás estaduais, perseguição e demissão de servidores além da extinção de órgãos públicos. Envolveu-se também em polêmicas com a Procuradoria do Estado e a Assembleia Legislativa, ameaçou reduzir salários e os duodécimos repassados ao parlamento.

Mas as duas medidas mais marcantes do período Collor de Mello, com consequências negativas aos servidores públicos de maneira geral, foram: a negativa em conceder o reajuste dos vencimentos salariais dos servidores públicos estipulado pelo Plano Cruzado e a renegociação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrada sobre a cana-de-açúcar própria com o setor sucroalcooleiro. Esta negociação foi denominada de acordo dos usineiros, por ter sido este setor econômico amplamente beneficiado com a negociação junto ao governo estadual.

Durante o governo Collor, as linhas de ação da APAL foram orientadas por uma postura de enfrentamento, levando em consideração que as tentativas de resolução dos impasses pelo diálogo foram nulas. Segundo um dos entrevistados, *“as maiores greves constituídas foram exatamente no início do governo Collor”* (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10) em que a força da Associação foi colocada à prova: *“acho que foi um dos momentos que foi a prova de fogo pra nossa associação, porque foi um momento de reafirmação da liderança da entidade.”* (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11) informa outra colaboradora da pesquisa.

Quando renunciou ao governo para disputar as eleições presidenciais, Fernando Collor legou ao seu sucessor (o vice-governador Moacir Andrade que assumiu o governo entre os anos de 1989 e 1991) uma paralisação dos servidores públicos por reajuste salarial. Embora de modo parcial e sem qualquer critério (o governo não tinha a noção administrativa dos que realmente estavam em greve), Andrade descontou parte dos vencimentos dos salários dos servidores pelos dias parados no final de 1989. Como a medida foi tomada em dezembro, ficou conhecida como *o natal da fome*. De acordo com um dos entrevistados:

*Tivemos no governo Moacir Andrade já em 89 um embate tão sério que passamos natal na porta da Assembleia Legislativa, porque ele cortou o salário de todo mundo, depois de uma longa greve ele cortou o salário de todo mundo, véspera de natal. Nós fizemos uma pressão tão forte que, após o natal, no outro dia ele pagou a todos e voltou todo mundo a receber o salário normalmente.* (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10).

Esta opinião é reforçada por outro colaborador da pesquisa:

*Foi o natal da fome, da miséria. Foi no governo Moacir Andrade que nós fizemos no final do ano [...]. O pranto daqueles pais de família parece que eu estou vendo até hoje, porque a forma como foi feita o retalhamento naquele período foi um dos mais sofisticados porque não foi o corte, foi a retirada de uma parte do salário. Foi a primeira vez que eu vi uma reação de governo naquele nível, com aquele requinte, [...].* (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11).

A crise econômica em Alagoas agravou-se como consequência das medidas de liberalização da economia e a recessão daí decorrente, especificamente durante o governo Geraldo Bulhões (1991-1995). Este período foi novamente caracterizado como uma fase em que o movimento sindical foi levado ao enfrentamento direto com o aparelho estatal, embora sem resultados concretos em termos de ganhos reais ou simbólicos para o funcionalismo público.

As greves por reajustes salariais duraram meses (os servidores públicos estaduais ficaram vários meses sem receber salários), que se encerravam pela desmotivação e falta de expectativas dos trabalhadores públicos em conseguir qualquer ganho percentual efetivo. Enquanto durou a gestão Geraldo Bulhões, o setor da educação vivenciou paralisações que comprometeram o ano letivo (que chegou a ser anulado por conta do descumprimento completo do calendário escolar e dos componentes curriculares obrigatórios, sem nenhuma forma de recomposição). Contudo, o governo não descontava os dias parados dos vencimentos dos servidores, muito menos reprimia as paralisações. Tão pouco oferecia qualquer proposta de acordo satisfatória, como se simplesmente “deixasse o tempo passar”. Recorremos novamente ao depoimento de um dos colaboradores:

*Foram seis meses de greve. Foi um momento eu diria que da derrocada, foi um dos momentos assim que eu diria que o Estado de Alagoas se tornou diferenciado. Foi um momento de greves intermináveis e greves que não tinham resposta do governo, que o governo ignorava. [...] Alimentar uma categoria ainda com a esperança de alguma coisa, com o governo absolutamente apático, indiferente. Todo mundo com salário mínimo.* (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11).

Já no governo seguinte, a gestão Divaldo Suruagy (1995-1997) encontrou uma série de exigências características daqueles tempos de fortalecimento do ideário neoliberal. Para obtenção de algum tipo de ajuda financeira, deveria cumprir um programa de ajuste fiscal e financeiro rigoroso para o saneamento de suas contas públicas, claramente no sentido de diminuição do tamanho do Estado e na venda ou extinção de órgãos públicos com a consequente redução do seu quadro de funcionários. Medidas duras para um Estado ainda permeado em suas relações sociais por práticas clientelistas por um lado, e uma população extremamente pobre e dependente das ações sociais, por outro.

Do ponto de vista administrativo, as medidas foram iniciadas com o controle direto da secretaria da fazenda e da segurança pública por elementos indicados pela União (CARVALHO, 2008). Economicamente, seria concedido um empréstimo de 200 milhões de reais (para o pagamento da folha salarial do funcionalismo estadual, que chegou a somar sete meses de atraso), assistência técnica e financeira para reestruturação dos mecanismos de arrecadação estadual, transformação do banco estadual em uma agência de fomento da economia, extinção de autarquias e

fundações, federalização da companhia de energia elétrica e a criação do Programa de Desligamento Voluntário (PDV). Por este plano, cerca de 25 mil funcionários fizeram a opção de demitir-se da rede estadual mediante o recebimento de um valor correspondente a uma média dos seus anos de trabalho. Para um dos entrevistados:

*Divaldo Suruagy foi um desastre [...]. Foi a continuação do governo Collor, que veio o Moacyr Andrade, depois veio ele e todo mundo acreditou nele, porque ele antigamente, ele foi o melhor governador, principalmente, pra o magistério. “Era 80% de aprovação naquele homem”. Quando ele entrou, com poucos meses começou a desgraça aqui, porque a gente achava que da miséria que a gente vinha do Geraldo Bulhões e do Collor, com o Suruagy ia resolver tudo. Foi a gota d’água. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 04).*

A “judicialização das questões trabalhistas” em Alagoas é outro elemento importante verificado durante os anos da administração seguinte de Ronaldo Lessa (1999-2006), eleito após o governo interino de Manoel Gomes Barros (1997-1999), substituto de Divaldo Suruagy. Os conflitos relacionados ao capital e trabalho, que deveriam ser resolvidos mediante a correlação de forças ente entidades classistas e poder executivo passaram a ser arbitrados pelo poder judiciário. O governo Lessa consultou o Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da demissão de servidores em estágio probatório que aderissem às paralisações definidas por suas categorias, obtendo parecer favorável do Tribunal. Ironicamente, eram servidores que tinham sido aprovados e nomeados em concursos públicos pelo próprio governador, o que demonstrava a pouca tolerância às pressões das categorias organizadas.

Esta judicialização das questões trabalhistas tornou-se bastante comum durante os últimos anos no Brasil, conforme apontam Pereira e Almeida (2011). Mas isto não é acidental. Os efeitos jurídicos tutelares que atingem o movimento sindical refletem-se como consequência direta da estrutura sindical herdada do período Vargas, arcabouço administrativo-jurídico oportunamente aproveitado pelos gestores públicos para coibir o movimento (BOITO JR., 2005). O deslocamento das questões trabalhistas para a esfera judiciária desequilibra em favor das classes dominantes a correlação de forças do conflito entre capital e trabalho.

A questão salarial foi outra grande fonte dos atritos entre os trabalhadores educacionais e os governos estaduais, observáveis, sobretudo, durante as gestões Ronaldo Lessa, Abílio de Sousa (2006) e Teotonio Vilela Filho (2007-2010). Em relação a este último, sua principal medida foi a publicação do decreto nº 3.555, de 12 de janeiro de 2007, revogando os aumentos salariais concedidos pelo governo anterior a todos os servidores estaduais e definindo que os salários voltariam aos valores nominais vigentes em abril de 2006. Como resultado, foi deflagrado um movimento grevista que durou 70 dias, com atos públicos, ocupações de prédios públicos e caravanas pelo interior. Conforme o depoimento a seguir:

*O demonstrativo já vinha até constando a isonomia [...], parece que dobrou a margem do empréstimo consignado [...] os bancos foram prejudicados, eles podiam descontar parece, acima de 30% do valor do seu salário, então foi uma celeuma danada, não é? [...]. Foi aonde nós começamos a travar uma luta extremamente desgastante tanto para o governo quanto para a classe da educação. (Professor. Entrevista nº 02).*

Com a participação dos movimentos do campo nestas atividades, uma barreira simbólica para a compreensão da importância dos movimentos sociais entre os trabalhadores da educação foi superada. O apoio decisivo dos movimentos agrários ajudou no processo de politização da categoria, tanto pela notoriedade que passou a ser conferida ao potencial de mobilização de massa desses movimentos, como em relação ao papel social das suas bandeiras de luta, principalmente a defesa da reforma agrária. A participação dos trabalhadores do campo nos movimentos urbanos até então era visto com reservas por parte da base educacional. Como se percebe pelo depoimento, esta compreensão mudou:

*Achei interessante também no tempo desse movimento como não era caracterizado apenas do professor a gente solicitava um apoio significativo dos movimentos sem terra. Eles ficaram lá o tempo todo junto conosco, inclusive até dando aula de educação, ajeitando a rua, pedindo para não sujar. Fora as madrugadas que nós ficávamos acordados com medo que acontecesse uma repressão [...]. A gente nem conseguia dormir. (Professor. Entrevista nº 05).*

Um dos assuntos mais polêmicos foi a criação do plano de cargos e carreira (PCC) dos funcionários de escola. Historicamente, estes funcionários foram considerados o elo mais frágil do segmento educacional quando se tratava de reivindicação de direitos, dada a sua dispersão organizacional e a falta de tradição organizativa, sendo considerados até então figuras invisíveis (MONLEVADE, 2010) no interior do espaço escolar. Quando da fundação do Sinteal, este foi o único segmento que não compôs a base da entidade. Para outro entrevistado:

*Porque a gente ainda vive naquela coisa que os funcionários não são valorizados de um modo geral, ainda existe essa separação, infelizmente. [...]. Existe ainda essa separação: professores e funcionários. Então eles não entendem, é cada um por si, cada um olha pro seu umbigo. Na verdade, eles conquistaram os deles e aí a gente que se vire! Então eles não valorizam os funcionários. (Funcionária de escola. Entrevista nº 06).*

Através do projeto de lei de autoria da senadora Fátima Cleide, foi sancionada lei nº 12.014/09 que, modificando a LDB em seu artigo nº 61, considerou todos os funcionários de escola profissionais da educação, desde que habilitados de acordo com a 21ª área profissional (Área Profissional de Serviços de Apoio Escolar criada através da Resolução 5/2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação). Este fato, somado à criação do programa do governo federal designado *Profucionário*, deu novo ânimo e argumentos legais para as atividades reivindicativas do segmento.

Constatou-se que os funcionários de escola alcançaram nos últimos anos um nível de organização em termos nacionais e um reconhecimento social como sujeitos históricos, sendo reconhecidos como uma categoria com identidade consolidada (NASCIMENTO, 2007). Desse reconhecimento, passou a ser importante a existência de um plano de carreira para efetiva valorização e qualificação por meio de alguma entidade associativa organizada.

Outra importante questão analisada na dissertação foi a celebração de um termo de compromisso pela qualidade da educação pública, popularmente divulgado como Pacto pela Educação, também durante o governo Vilela Filho. Em sua

cláusula primeira apontava-se como objetivo principal a “instituição de um padrão de qualidade da escola pública, visando à melhoria dos indicadores de qualidade da educação no Estado.” Foram convidadas para a solenidade de assinatura do documento entidades como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público Federal e Estadual, Universidades públicas e privadas, conselhos de controle social e entidades da sociedade civil organizada. O acordo foi assinado com a presença do ministro da educação. As motivações para a assinatura do pacto decorreram de uma série de razões diferentes para cada signatário do acordo.

Entretanto, a mesa de negociação permanente criada pelo acordo Vilela Filho levou vários meses para ser instalada, e quando ocorreram as primeiras reuniões ficou evidente que serviu apenas para que o governo ganhasse tempo, porque as demandas do setor não foram encaminhadas. Para decepção dos dirigentes sindicais, a secretaria de educação afirmava que a mesa não poderia encaminhar questões que incluísse reivindicações financeiras, temas que só poderiam ser tratados pelas secretarias de administração e da fazenda.

Um último importante tema gerador de conflitos entre o governo Vilela Filho e a categoria educacional aconteceu em fevereiro de 2010, quando a secretaria estadual de educação de Alagoas, através de uma portaria administrativa, definiu as diretrizes gerais para o funcionamento do Sistema Estadual de Ensino para o ano letivo que iria começar. Esta medida provocou grande reação do segmento docente e ocasionou intenso debate entre a comunidade escolar e o poder executivo, porque foi interpretada como uma ação do governo orientada no sentido de aumentar ilegalmente a jornada de trabalho docente utilizando o discurso da melhoria da qualidade de ensino por meio da nova matriz curricular, como argumento principal.

De acordo com Boito Jr. (2009, p. 243), a nova tática populista dos governos brasileiros a partir da disseminação dos ideais neoliberais, foi a de “jogar os pobres contra os remediados”, no sentido de manipulação da opinião pública: enquanto grande contingente da população não tem acesso aos direitos sociais básicos, a maior parte dos servidores públicos é apresentada como categoria que não trabalha, apesar de receber salários (supostamente) elevados e desfrutar de benefícios negados ao conjunto das demais categorias profissionais. Para o autor, este argumento serve como pano de fundo para que o Estado tenha garantida ampla legitimidade para diminuir os gastos com folha de pagamento, através da negação dos reajustes salariais, da retirada dos direitos trabalhistas e da demissão dos funcionários, dentro de uma política global de diminuição do papel dos governos com as áreas sociais e de um processo de privatização camuflada destes direitos (BOITO JR., 2005).

A Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação (CCE/AL) manifestou sua posição sobre a portaria administrativa por meio do Parecer nº 210/2010. O Conselho considerou que a Portaria nº 88/2010 não feriu a autonomia das unidades de ensino, pois cabe ao Estado a prerrogativa de estabelecer atos administrativos no tocante ao ordenamento do sistema. Também para o Ministério Público não existiram ilegalidades na Portaria. O Conselho Nacional de Educação manifestou-se sobre a legalidade da Portaria apenas em outubro de 2011, indicando, em seu relatório, que o estado detém legitimidade para fixar a matriz curricular da rede, mas que isso não poderia ter sido feito de forma impositiva.

A partir das análises realizadas, o governo, por sua vez, descumpriu também outras disposições legais relativas aos direitos trabalhistas do magistério, como o

Plano de Cargos e Carreiras do Magistério, o Plano de Cargos e Carreiras dos Profissionais da Educação e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civil, no tocante à revisão anual dos subsídios do funcionalismo público. Não realizou o concurso público previsto, mantendo ainda grande quantidade de trabalhadores com contratos temporários atuando na rede e não implantou o reajuste previsto na lei do Piso Salarial Nacional do Magistério.

Conforme o balanço feito das três grandes questões sindicais enfrentadas entre 2006 e 2010 (isonomia salarial, Plano de Cargos dos profissionais da educação e o debate sobre a matriz curricular), foram obtidas algumas vitórias parciais (isonomia e Plano de Cargos) e ao menos uma derrota significativa para o movimento. Em todas estas ações, a análise da correlação de forças e a atuação dos agentes históricos foram fatores fundamentais (SOUZA, 1984).

A criação do Plano de Cargos e Carreiras do magistério foi um dos pontos polêmicos entre os governos Lessa, Sousa e Vilela Filho e a categoria educacional, temática incluída na pauta geral de valorização profissional. A proposta do sindicato apontava a importância da elaboração de um plano de cargos unificado (incluindo magistério e profissionais da educação), mas a secretaria de educação insistia na aprovação de um Plano que contemplasse apenas o segmento magistério, compreendendo que os demais profissionais deveriam permanecer no Plano dos funcionários estaduais e que esta discussão deveria ser tratada em momento posterior.

No decorrer das entrevistas, percebeu-se alguns pontos em comum e algumas diferenças marcantes quando compara-se a visão dos profissionais e dos funcionários de escola em relação à importância da luta sindical e dos seus avanços e desafios. De modo geral, os profissionais do magistério entrevistados conferem grande importância à unificação da categoria em sindicato único. Estes identificam mais avanços do que perdas nas lutas sindicais e acreditam que é necessário avançar ainda mais no processo de junção das demandas específicas em bandeiras comuns.

Os funcionários de escola entrevistados, por sua vez, apesar de também reconhecerem a importância da luta sindical, em sua maioria não constataram grandes vantagens com a unificação da entidade à medida que o Sinteal valoriza e se engaja mais nas questões que interessam sobretudo aos professores. No entanto, a maioria dos funcionários da pesquisa não defende a separação sindical, e sim uma disputa interna dos rumos da entidade através de um maior protagonismo dos seus pares, admitindo que este é o melhor caminho para o fortalecimento da representação do segmento no conjunto dos embates da categoria.

## Conclusões

O modelo neoliberal aplicado em todo o País prejudicou essencialmente a classe trabalhadora, fortalecendo o capital financeiro e enfraquecendo os mecanismos de controle do Estado, especialmente em sua capacidade de promoção, indução do crescimento, garantia dos direitos trabalhistas e de distribuição de renda. Os sindicatos e entidades defensoras do papel social dos governos acabaram não tendo forças suficientes para impedir o avanço destas políticas neoliberais. Os direitos sociais como saúde e educação acabaram sendo tratados como mercadorias, como serviços a serem prestados àqueles que pudessem pagar, uma vez que o público foi negligenciado em favor do privado (MACHADO, 2002; SOARES, 2002).

O Estado de Alagoas foi prejudicado duplamente. Primeiro pela imposição das medidas de redução do Estado, pela concorrência com outros mercados regionais mais desenvolvidos. Segundo, dada a insignificância política e econômica em relação a outras unidades da Federação, não dispunha de mecanismos suficientes de pressão no sentido de diminuição das imposições do governo federal e na busca de caminhos alternativos de atenuação da crise.

Em termos especificamente ligados à organização sindical, algumas hipóteses iniciais foram confirmadas, a exemplo da influência direta das políticas neoliberais nas ações da classe trabalhadora. Os depoimentos e demais fontes consultadas deixaram claro os efeitos do desmonte da máquina pública sobre a articulação sindical, consubstanciada, durante a década de 1990, na falência do Estado, no Programa de Desligamento Voluntário, nas contratações precárias e na redução dos investimentos em educação.

O período foi marcado por intensa mobilização paralela a uma fase de completa desorganização administrativa, financeira e da “busca de soluções desesperadas” para sair daquele impasse e momento de crise. Mesmo assim, a esperança e o instinto de luta permaneceram presentes durante as fases mais cruciais, ainda que esta esperança tivesse sido manipulada por “falsos messias”, como na eleição de Collor em 1986 e de Divaldo Suruagy, em 1994. O comportamento aguerrido também enfrentou diversos momentos de difíceis barreiras, como as lutas pela isonomia salarial para o magistério em 2006 e 2007 ou as mobilizações em favor do Plano de Cargos e do reconhecimento profissional dos funcionários de escola em 2006, 2007 e 2008.

De qualquer modo, se a conjuntura política e econômica não foi determinante para o direcionamento das ações sindicais, também não se pode considerar que tenham sido menosprezadas. Em diversos momentos, durante os governos de Fernando Collor (1987-1989), Moacir Andrade (1989-1991), Geraldo Bulhões (1991-1995), Divaldo Suruagy (1995-1997), Gomes de Barros (1997-1999), Ronaldo Lessa (1999-2006), Abílio de Sousa (2006-2007) e Vilela Filho (2007-2010), a questão política e econômica foi condicionante para definir as linhas de ação e mobilização sindical, tanto restringendo algumas iniciativas como estimulando outras, no tocante à necessária avaliação sobre a correlação de forças em disputa.

Embora características semelhantes possam ser encontradas nos governos Collor, Bulhões, Suruagy e Vilela Filho, em termos ideológicos, apenas o último é caracterizado por todos os entrevistados durante a pesquisa como um governo neoliberal. Os depoimentos referentes aos governos anteriores não são unânimes nesta caracterização, embora, de acordo com a época histórica acompanhada por cada entrevistado, este ou aquele governo possa ser definido como neoliberal, caótico ou incompetente. Provavelmente, a opinião comum sobre o viés neoliberal do governo Vilela sofra a influência da proximidade dos fatos acompanhados por todos. Em considerando esta premissa inicial sugerida pelas entrevistas, uma pesquisa aprofundada sobre as repercussões da ideologia neoliberal sobre as políticas públicas durante a gestão Vilela Filho, com enfoque principal sobre a educação pública, talvez tenha alguma pertinência.

Outra questão verificada diz respeito à compreensão dos entrevistados sobre o tamanho da sua força enquanto categoria, mesmo demonstrando certo sentimento de abandono por parte do poder público e lamentando o não reconhecimento da

opinião pública sobre a importância do seu papel para a reprodução social e formação das gerações. No caso dos entrevistados que exercem os cargos de funcionários de escola, esta percepção sobre o não reconhecimento profissional foi dirigida principalmente ao Sinteal, na compreensão de que o magistério monopoliza as ações e determina os rumos da entidade.

Podem-se depreender a partir disto duas interpretações não excludentes. A primeira, é que os entrevistados não têm uma noção realista a respeito das limitações da ação sindical (ANTUNES, 1982, 1986; BRUNO, 1990; MÉSZAROS, 2002). A segunda, bem mais positiva, é que a unidade da categoria através da estrutura sindical, potencialmente seria capaz de viabilizar novos avanços e progredir ainda mais nas lutas da classe. Sendo uma das possibilidades ou as duas conjuntamente, não deixa de ser significativa a noção coletiva de que é plenamente possível sonhar com outra realidade de maior valorização e de reconhecimento profissional. Estas conquistas não foram percebidas pelos sujeitos da pesquisa como uma dádiva divina, mas como o resultado de muita união e combatividade dos trabalhadores contra os efeitos do capital.

## Referências

- ALMEIDA, Leda Maria de. **Rupturas e permanências**: o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió (AL): Catavento, 1999.
- ALVES, Gustavo Biasoli. **Discurso e reforma do estado no Governo Collor**. 2004. 315f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas (SP): Pontes, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **O que são comissões de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2008.
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. São Paulo: IFHC, 2005.
- BOITO JR., Armando. **Sindicalismo de Estado no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BRAGA, Virna Ligia Fernandes. **Entre a honra e o mercado**: análise sobre o processo de formação do movimento sindical docente. 2006. 151p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG. 2006.
- BRUNO, Lúcia Barreto. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 3ª edição, 1990.
- CARVALHO, Cícero de. **Economia popular**: uma via de modernização de Alagoas. 3 ed. Maceió (AL): Edufal, 2008.
- CRUZ, Hélvia Leite. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica**. 2008. 301f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2008.
- DUTRA, Juçara. Efeitos do neoliberalismo. **Retratos da escola**: revista da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação. São Paulo, n. 05, jul/dez. 2009.
- FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v.32, p. 225-240, maio/ago. 2006.
- GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- LANZA, Fernanda Fernandes dos Santos. **Gestão democrática, sindicato e participação política dos professores**. 2010. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

- LENIN, Vladimir I. U. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Global, 1989.
- LIRA, Fernando José de. **Crise, privilégio e pobreza: Alagoas no limiar do terceiro milênio**. Maceió: Edufal, 1997.
- MACHADO, Zaira. **O papel das Instituições Financeiras Multilaterais no processo de desenvolvimento**. Porto Alegre (RS): Vêraz, 2002.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MIRANDA, Kênia. **A organização dos trabalhadores em educação sob a forma sindicato no capitalismo mundial: o pensamento pedagógico e o projeto sindical do Simpro-Rio, Uppes e do Sepe-RJ**. 2005. 166p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- MONLEVADE, João. Funcionário de Escola: identidade e profissionalização, **Retratos da escola**: revista da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação, São Paulo, n. 05, jul/dez. 2010.
- NASCIMENTO, José Roberto Carvalho do. **Estratégias de ação política do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina – SINTE/SC – e sua relação com a Central Única dos Trabalhadores CUT: entre a década de 1980 e início dos anos 2000**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- PEREIRA, Maria Cristina Cardoso; ALMEIDA, Danusa Mendes. In: DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. São Paulo: Paralelo 15, 2011.
- PITON, Ivania Marini. **Políticas educacionais e o movimento sindical docente: reformas educativas e conflitos docentes na educação básica paraense**. 2004. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2004.
- RÊSES, Erlando da Silva. De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor. 2008. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- ROCHA, Luiz Gomes da. **A participação do SINDPOL na queda do governo Suruagy: 10 anos da rebelião popular de 17 de julho**. Maceió (AL): Novo Mundo, 2007.
- SANTOS, Roberval. **Carta Aberta: O movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-1997)**. Maceió (AL): Imprensa Oficial/ Graciliano Ramos, 2008.
- SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanches (org.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 27ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.
- TIRAMONTI, Guillermina. **Sindicalismo docente e reforma educativa na América Latina na década de 90**. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (PREAL): maio de 2001. Disponível em <http://www.preal.org>. Acesso em 15 de maio de 2012.
- TORRES SANTOMÉ, *Jurjo*. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Trad. Claudia Schillig. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- VIEIRA, *Josenilton Nunes*. **O sindicato como espaço de construção da profissão docente**. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.